



XII COLOQUIO NACIONAL E V COLOQUIO INTERNACIONAL DO MUSEU PEDAGÓGICO



26 A 29 DE SETEMBRO DE 2017

ISSN: 2175-5493

O ENSINO DE LÍNGUA INGLESA PARA CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA REDE PÚBLICA E A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS ADEQUADAS A ESTE CONTEXTO¹

Suzana Longo da Cruz (UESB)²

INTRODUÇÃO

Acompanhando a força imposta pela crescente tendência de se inserir o ensino de Língua Inglesa no contexto da Educação Infantil no Brasil, instituições pertencentes à rede privada de ensino vêm implantando tal disciplina em sua proposta pedagógica cada vez mais cedo. Nota-se, também, que esta inserção já vem sendo consideravelmente difundida na Educação Infantil das instituições do setor público (ROCHA, 2006), demonstrando-se assim, a latência de semelhante demanda.

O pedagogo, possui orientações para lidar com as crianças desta faixa etária, mas não possui formação voltada para ensinar o idioma em questão. Por conseguinte, o que se percebe são professores de Língua Inglesa atuando na área sem formação acadêmica para este fim, devido a obrigatoriedade do ensino de Inglês como língua estrangeira se dar apenas a partir do 6º ano do Ensino Fundamental (BRASIL, Lei nº 9.394, 1996).

Acresce-se à esta questão, a ausência de direcionamentos teórico-metodológicos provenientes de políticas educacionais que orientem o ensino de língua estrangeira na Educação Infantil. Levando em consideração a difusão do ensino de Língua Inglesa como realidade em ascensão já a partir das séries primeiras da Educação Básica, reflete-se sobre a necessidade de políticas públicas voltadas para tal setor.

As políticas públicas educacionais compreendem as decisões do governo que incidem no ambiente escolar. Na época do Brasil colônia, vigorava a política de omissão do Estado frente às necessidades educacionais desta faixa etária. Apenas após um período de transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas no Brasil ao longo do século

¹ Este trabalho faz parte da pesquisa de mestrado da autora, a qual se encontra em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens, pela UESB-Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, orientada pelo professor Dr. Diógenes Cândido de Lima.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagem, UESB-Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Especialista em Língua Inglesa UESB-Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Licenciatura Plena em Letras-Língua e Literatura Inglesa UFES-Universidade Federal do Espírito Santo. Endereço eletrônico: suzanalongocruz@gmail.com



XX é que foi sendo dada maior atenção à educação infantil. O forte desenvolvimento industrial deste período e a consequente emergência do papel da mulher na sociedade e no mercado de trabalho (MEDEIROS et al, 2012), acarretaram na necessidade de educação e cuidados com as crianças pequenas, iniciando-se um processo de auxílio tipicamente assistencialista.

Segundo Lucas e Machado (2012), houve uma transição significativa para a Educação Infantil nas últimas décadas da história da educação do país. Dentro deste cenário de mudanças, é promulgada a Constituição Federal de 1988 e desenvolve-se também, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelecendo um marco na história da Educação Infantil no Brasil, pois a mesma perde seu caráter assistencialista, passando a fazer parte do processo de formação educacional da criança.

Uma política complementar foi a criação do Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil – RCNEI (BRASIL, 1998) o qual serve como guia fornecido pelo Ministério da Educação para as práticas pedagógicas deste setor. Nota-se, no entanto, que não há qualquer citação referente ao ensino de uma língua estrangeira no RCNEI, sendo delegada aos municípios a decisão de se incluir a Língua Inglesa em suas atividades. Desta forma, os que decidem embarcar nesta prática, se encontram sem o amparo de um parâmetro oficial específico com orientações e suporte próprios para esta finalidade.

No âmbito da educação pública, muitos municípios vêm demonstrando sua preocupação em implementar políticas voltadas para este ensino, como demonstra o caso ocorrido em Vinhedo – SP, que adotou o “Projeto Sun” que engloba o ensino de inglês nas suas unidades de Educação Infantil desde 2010 (P.V., 2016). Há também os casos de Rolândia-PR e Manaus-AM, que instituíram como obrigatório o ensino de Língua Inglesa na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental, publicando suas leis, respectivamente, em 2010 pela Lei nº 3446 (C.M.R., 2016) e em 2014 pela Lei nº 374 (C.M.M., 2016), sendo estas, porém, ações pontuais dos próprios municípios.

A partir destas considerações, desenvolvem-se reflexões a partir dos dados coletados na pesquisa POACE Project³, a qual abrange o ensino-aprendizagem da Língua Inglesa na Creche Bem-Querer em Vitória da Conquista, Bahia. O objetivo, portanto, se constitui na busca da compreensão deste processo de ensino a fim de analisar os desafios enfrentados pelo professor de Língua Inglesa que apontem para possíveis direcionamentos relativos à discussão de políticas apropriadas para este contexto.

3 POACE Project: Promovendo a Comunicação Oral em Inglês: Projeto Creche, projeto institucional vinculado ao GPLED – Grupo de Pesquisa Linguagem e Educação/ CNPQ / UESB, coordenado pela docente Profª Joceli Rocha Lima.



METODOLOGIA

Este trabalho se fundamenta em uma abordagem essencialmente qualitativa, de caráter exploratório e interventivo. A análise se deu por meio dos dados coletados na pesquisa intitulada POACE Project, realizada na Creche Bem-Querer, pertencente à rede estadual da cidade de Vitória da Conquista, Bahia. A mesma se encontra em fase de desenvolvimento, no entanto os dados utilizados para o presente estudo foram coletados entre setembro de 2015 e março de 2017, totalizando um ano e seis meses de coleta.

Os encontros se deram semanalmente, com duração de uma hora cada e os dados foram registrados em notas de campo. Além destas notas, foi considerada a observação direta da pesquisadora como instrumento de coleta. Os sujeitos da pesquisa eram compostos pelas crianças presentes no grupo da Infância 3 que abrange idades entre 3 anos e meio e 4 anos e 11 meses, contendo uma média de 12 crianças.

Os recursos didáticos foram escolhidos a partir dos temas pré-estabelecidos durante os planejamentos, se constituindo, basicamente, de materiais fabricados pelos próprios membros do grupo de pesquisa, como vídeos, cartazes, atividades xerografadas, material para colorir e pintar, dedoches, máscaras e brinquedos. As ferramentas mais utilizadas se constituíram de gêneros como jogos, histórias, música, vídeos e brincadeiras.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Logo no início da pesquisa, percebeu-se que o primeiro desafio seria encontrar uma abordagem que se adequasse à faixa etária envolvida. Devido à inexistência de referenciais curriculares específicos para o ensino de uma língua estrangeira na educação infantil, o ensino se concretizou por meio de gêneros discursivos. Tal abordagem revelou-se um meio que inspirava motivação nas crianças de utilizar a língua-alvo proposta, a fim de participarem das atividades e de interagir com a monitora.

Outra circunstância vivenciada foi a percepção de que o tratamento direcionado às crianças teria de ser diferenciado, como tonalidade da voz, forma de se abordar e conversar com as mesmas, exigindo cuidado para dedicar atenção a todos de forma equânime. Percebeu-se como fator essencial o respeito às rotinas instauradas na sala de



aula, as quais preservam a ordem e o sentimento de segurança e estabilidade nas crianças. A capacidade destas em manter o foco de atenção se dava por curtos espaços de tempo, o que influía na maneira de se apresentar os conteúdos.

Nenhum destes pontos foi abordado teoricamente durante a graduação e a posse destes conhecimentos teria fornecido um preparo fundamental para este tipo de trabalho. Magalhães (2013, p. 248) ressalta que o professor de língua inglesa para crianças deve conhecer as “características do desenvolvimento físico, social, emocional e cognitivo das diferentes faixas etárias”, pois o perfil destes alunos demanda conhecimentos que ofereçam base para um tratamento particular para esta idade.

CONCLUSÃO

Apesar das grandes transformações ocorridas na história da Educação Infantil no Brasil, ainda há larga discrepância entre os direitos assegurados à criança pelas políticas educacionais em vigor e a realidade encontrada no ambiente pré-escolar. Apesar das políticas instauradas terem representado passos consideráveis em direção à uma modificação do paradigma em que se encontrava a Educação Infantil no Brasil, ainda há espaço para medidas que promovam mudanças significativas neste setor da educação, em especial no tocante às questões relativas ao ensino de língua estrangeira.

Existem, portanto, vários percalços no caminho do professor de Língua Inglesa que se propõe a educar crianças desta idade. Para a implementação de um ensino legítimo é necessária uma reestruturação nas grades curriculares das licenciaturas de Letras (TONELLI e CRISTOVÃO, 2010; LIMA e MARGONARI, 2010), proporcionando uma intervenção em favor da formação docente para que estes profissionais adentrem estas salas de aula com segurança, realizando um trabalho bem fundamentado nestes grupos.

Ademais, demonstra-se premente a implementação de políticas linguísticas voltadas para o ensino de Língua estrangeira neste setor da educação básica, as quais definam parâmetros oficiais claros referentes às questões teórico-metodológicas, considerando assim, as dimensões políticas deste empreendimento. Conforme Rajagopalan (2014), o ato de ensinar uma língua estrangeira é uma atividade de conotações políticas e o professor deve agir de acordo com o projeto linguístico idealizado para o cenário geopolítico de seu país. O autor afirma que (2014, p.73) “estar em sintonia com tais diretrizes significa remar no mesmo sentido e com o mesmo empenho dos demais envolvidos na empreitada”,



buscando assim, um ensino adequado, onde a língua estrangeira cumpra o papel que lhe cabe segundo as prioridades e interesses da nação.

Portanto, se faz essencial a elaboração e implementação de políticas públicas que regulamentem diretrizes específicas para o ensino de línguas estrangeiras nesta etapa da educação. Estas devem estar alinhadas com a macro-política vigente no país, fomentando a criação de programas e projetos que consubstanciem a melhoria da qualidade deste ensino no contexto da Educação Infantil no Brasil.

Palavras-chave: Ensino de Língua Inglesa. Educação Infantil. Políticas Públicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases.** Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** Brasília: MEC/SEF. v. 1, 2 e 3. 1998.

CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS. **Leis Promulgadas.** Disponível em <<http://www.cmm.am.gov.br/tipo-leis-projetos/ementario/leis-promulgadas/page/3/>> Acesso em: 25/09/2016.

CÂMARA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA. **Legislação, Lei Ordinária.** Disponível em <<http://www.cmrolandia.pr.gov.br/>> Acesso em: 25/09/2016.

LIMA, A. P.; MARGONARI, D. M. A prática de ensino e a formação de professores de inglês para crianças. In: ROCHA, C. H.; TONELLI, J. R. A.; SILVA, K. A. da (Orgs). **Língua estrangeira para crianças: ensino-aprendizagem e formação docente.** Campinas: Pontes, p. 187-202, 2010.

LUCAS, M. A. O. F.; MACHADO, M. C. G. **Percalços da Educação Infantil como direito da criança: análise da história e da legislação das décadas de 1980 e 1990.** Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 107-128, jan./jun. 2012.

MAGALHÃES, V. B. O perfil e a formação desejáveis aos professores de língua inglesa para crianças. In: TONELLI, J. R. A.; CHAGURI, J. de P. (Orgs). **Ensino de língua estrangeira para crianças: o ensino e a formação em foco.** Curitiba: Appris, v.2, p. 239-260, 2013.



MEDEIROS, A. F.; NOGUEIRA, E. M. L.; BARROSO, F. C. S. **Desatando os nós das políticas de educação infantil no Brasil.** Espaço do currículo, v.5, n.1, p.287-293, Jun/ dez. 2012.

PREFEITURA DE VINHEDO. **Programas e Projetos da Rede Municipal de Ensino.** Disponível em <http://www.vinhedo.sp.gov.br/educacao/programas-e-projetos-da-rede-municipal-de-ensino/>. Acesso em: 25/09/2016.

ROCHA, C. H. **Provisões para ensinar LE no ensino fundamental de 1ª a 4ª séries:** dos parâmetros oficiais e objetivos dos agentes. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

TONELLI, J.R.A.; CRISTOVÃO, V. L. L. **O papel dos cursos de Letras na formação de professores de inglês para crianças.** Calidoscópio, v.8, n.1, p. 65- 76, 2010.

RAJAGOPALAN, K. O professor de línguas e a suma importância do seu entrosamento na política linguística do seu país In: CORREIA, D. **Política linguística e ensino de língua.** Ed. Pontes p.73-82,2014.